



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

1
2
3
4
5
6 Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e doze, às duas horas e trinta minutos,
7 reuniram-se no auditório do Paço Municipal da Prefeitura de Palmas os membros da
8 Comissão para Organização e Sistematização do Plano Municipal de Educação: Luzenir
9 Poli Coutinho da Silveira, Sabrina Kelly Vieira Machado, Fátima Aparecida Borges Alves e
10 Mário Joaquim Batista, representantes da Secretaria Municipal da Educação - Semed; Ivo
11 Hemkmeier e Francisco Ribeiro de Sousa, representantes do Conselho Municipal de
12 Educação – CME; Elis Raik Miranda de Carvalho, representante do Sindicato dos
13 Trabalhadores em Educação do Tocantins – Sintet; Adão Cirqueira Rodrigues,
14 representante da Sociedade Civil Organizada; Rosilene Lagares e Cristiane de Quadros,
15 representantes das Instituições de Ensino Superior; convidados da Universidade Federal
16 do Tocantins – UFT e equipe da Semed, conforme lista de presença anexada. Verificada a
17 existência de quórum, a professora Luzenir informou a ausência justificada do professor
18 Weslei Pires Leite, representante do CME, que se encontrava em Brasília a serviço.
19 Estava ausente o vereador Lúcio Campelo da Silva, representante da Câmara Municipal
20 de Palmas, não sendo encaminhada à Comissão, até momento, a justificativa de
21 ausência. Foi solicitada a retificação nas ausências injustificadas, registradas na ata do
22 dia oito de maio do ano em curso, da professora Cristiane que justificou sua ausência,
23 mas não foi constada em ata, em razão de alteração da data da reunião da Comissão, a
24 mesma ficou impedida de participar, tendo em vista a impossibilidade de compatibilizar os
25 compromissos de sua agenda, bem como do professor Francisco que declarou ter sido
26 informado em cima da hora, não conseguindo se desvencilhar de outras atividades.
27 Prosseguindo, a prof^a Luzenir deu boas vindas a todos, disse que não iria se estender,
28 contextualizou como a Comissão planejou a reunião para a apresentação do estudo
29 comparativo: do Plano Nacional da Educação – PNE, Substitutivo do PNE, Plano Estadual
30 de Educação - PEE e Plano Municipal da Educação – PME; agradeceu à presença da
31 professora Joana D’Arc Alves Santos, Assessora Executiva do Conselho Estadual de
32 Educação – CEE e da Prof^a Dra. Isabel Cristina Auler Pereira, Pró-reitora de Graduação
33 da UFT. A palavra foi passada à prof^a Sabrina que procedeu à leitura da ata do dia oito de
34 maio, sendo aprovada pela Comissão. Com a palavra a Prof.^a Isabel agradeceu o convite,

35 apresentou algumas discussões realizadas em Brasília acerca do PNE e passou à
36 exposição, vide anexada. Das vinte metas do PNE, disse que cinco estão diretamente
37 ligadas às IES, sendo elas: meta doze - elevar a taxa bruta de matrícula na educação
38 superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando
39 a qualidade da oferta; meta treze - elevar a qualidade da educação superior pela
40 ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para
41 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores;
42 meta quatorze – elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto
43 sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores; meta
44 quinze - garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal
45 e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação
46 específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em
47 que atuam; meta dezesseis - formar 50% dos professores da educação básica em nível
48 de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área
49 de atuação. Em seguida, apontou detalhadamente as metas e estratégias do PNE para o
50 ensino superior e destacou os efeitos dos cálculos de custo, utilizados: a) o Custo Aluno
51 Qualidade Inicial (CAQi) – Parecer 08/2010 do Conselho Nacional de Educação 1 , que
52 está baseado na distribuição da riqueza brasileira por habitante, isto é, no PIB/per capita;
53 b) a lógica de ponderação utilizada pelo FUNDEB , ainda que com valores distintos e; c) a
54 Nota Técnica publicada pelo MEC em maio p.p., para o que tange aos custos com ensino
55 superior e pós-graduação e com salário docente, conforme apresentação anexada.
56 Ressaltou os principais ganhos com o PNE 2011 – 2020. Em seguida, informou que
57 precisava se ausentar e colocou-se à disposição da Comissão para futuras colaborações.
58 A Prof.^a Rosilene propôs que a professora Joana finalizasse a apresentação acerca do
59 ensino superior do PEE, sendo aceita. Convidou ainda os presentes para participar no dia
60 23 de maio de 2012, às dezenove horas, no Bloco C, da UFT, de uma mesa redonda que
61 abordará acerca da carreira docente, tendo entre os convidados o Prof. Dr. Paulo
62 Fernando, que irá expor os resultados de sua tese, conclusão de doutorado. Com a
63 palavra, a prof.^a Joana esclareceu que o momento em que foi elaborado o PEE era
64 diferente do atual, antes no cenário do sistema tocantinense existiam doze Instituições de
65 Ensino Superior – IES, que operavam porque existia um decreto que permitia o
66 funcionamento dessa forma, mas em consequências das mudanças oriundas nesse
67 processo de regularização do ensino superior, vivenciado à época, dez instituições
68 migraram para o Ministério da Educação - MEC, ficando atualmente duas IES: a
69 Fundação Centro Universitário de Gurupi - UNIRG e a Fundação Universidade do

70 Tocantins – UNITINS. Por isso, no PEE aparece tanto o termo regulação, visto que a
71 abordagem estava na centralidade da avaliação do ensino superior. Como resultado
72 alguns avanços aconteceram, a exemplo a criação do banco de avaliadores.
73 Prosseguindo, retificou que a sua apresentação anterior baseou-se no substitutivo de 24
74 de abril e não no do dia 27 de abril, mas realizou as correções e atualizações nas
75 apresentações, inseriu todas as emendas e colocou à disposição o documento para
76 consulta, conforme quadro em anexo. Continuando, a prof^a Joana enfatizou a importância
77 da Comissão verificar se existe alguma ação do município de Palmas, que contemple o
78 ensino superior. A prof^a Sabrina perguntou se o município de Palmas oferece o ensino
79 superior. A diretora de ensino fundamental da Semed, Jordana Fernandes Jácome disse
80 que a Faculdade Anhanguera não é municipal trata-se de um acordo cooperação técnica.
81 A professora Rosilene propôs que a Comissão faça um histórico do processo de
82 constituição: abordando criação, duração e extinção da IES, da educação superior, no
83 município de Palmas, e dentro disso verificar se há alguma IES criada pelo município de
84 Palmas. Seguindo ainda afirmou que foi proposta de campanha do atual prefeito a criação
85 da Universidade Municipal. A professora Sabrina ressaltou que o prof. Paulo Fernando, da
86 UFT, assumiu a Fundação Palmas de Ensino, Ciência e Tecnologia, cuja missão era
87 promover e apoiar o desenvolvimento do ensino superior. Ato contínuo, a prof^a Luzenir
88 disse que nos primeiros anos do estado do Tocantins diversos interesses estavam em
89 jogo e não se sabia muito bem para onde ir, pois o país vivia um momento também de
90 indefinições acerca das normas educacionais. A prof^a Rosilene ressaltou que embora
91 estivéssemos frente a uma nova Constituição Federal ainda não possuíamos a atual Lei
92 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vigorava a de 1971, que era incompatível
93 com as mudanças trazidas pela nova carta magna. A prof^a Joana salientou que o próprio
94 Sistema Federal estava engatinhando. A prof^a Rosilene apontou a importância da
95 contextualização do período e sua respectiva análise histórica. A prof^a Luzenir destacou a
96 necessidade de observarmos duas vertentes: o contexto histórico, para analisar cada
97 situação, mas também não colocar a circunstância em si como responsável pelo que
98 aconteceu, haja vista que há quem se aproveitasse do momento para outros fins. A prof^a
99 Rosilene falou que foi Secretária da Educação, no município de Ponte Alta do TO, em
100 2001, na ocasião somente ela e outra professora tinham nível superior, poucas tinham
101 magistério e a grande maioria ensino fundamental, essas IES colaboraram para a
102 formação dos outros professores da rede de ensino. A palavra foi passada à prof^a Joana
103 que prosseguiu na apresentação do quadro comparativo e afirmou que ficava mais viável
104 manter o aluno na universidade particular do que numa pública, no Brasil. Acrescentou

105 que essa prática é comum nos países desenvolvidos. Apontou ainda que as universidades
106 públicas tem um custo muito alto para o país, por investir em pesquisa, enquanto o
107 segredo da IES privada está no resultado. A prof^a Rosilene contrapôs afirmando que a
108 pesquisa é obrigatória nas universidades, seja pública ou privada, mas que paga-se o
109 mesmo valor por produtos desiguais, pois um aluno que estuda numa faculdade privada
110 custa o mesmo valor de um aluno de uma universidade também privada, sendo que esta
111 conta obrigatoriamente com pesquisa e extensão, oferecendo um ensino de melhor
112 qualidade. Destacou que a cobrança do profissional da IES pública é muito grande e essa
113 exigência força a própria formação desse profissional, elevando o custo final. Ato
114 contínuo, a prof^a Luzenir observou que antes de se graduar, fez o ensino médio
115 magistério, procedimento comum à época, que embora não favorecesse conhecer as
116 intenções do fazer pedagógico, auxiliou muito na didática, oferecia também uma
117 experiência sólida durante todo o curso, além de potencializar o senso crítico do
118 acadêmico. A prof^a Rosilene expôs que a UFT vem discutindo os motivos de seus alunos
119 não saberem alfabetizar. A prof^a Luzenir disse que certa vez ouviu que a IES não deve
120 fazer apenas o que a sociedade quer, e discordou, pois se faz necessário conhecer sim o
121 que essa sociedade almeja, citou o exemplo de que um engenheiro pode saber construir
122 uma casa, mas se ele não dialogar com os proprietários não saberá as suas
123 necessidades e correrá o risco de construir uma casa que não lhes atenda. A prof^a Joana
124 lembrou que os licenciados chegam às instituições de ensino querendo evitar a sala de
125 aula, requerendo trabalhos burocráticos. O prof. Mário enfatizou que se esses
126 profissionais são licenciados, estudaram para ser docentes, apontando que as
127 licenciaturas não estão preparando para alfabetizar. O professor Francisco salientou que
128 em Palmas há um grande número de alunos que estão no quinto ano e não sabem ler. A
129 prof^a Jordana relatou que vem escutando das professoras da rede que as IES não as
130 prepararam para dar aula de educação física às crianças do Centro Municipal de
131 Educação Infantil - Cmei. A professora Cristiane informou que foi levantada uma
132 discussão sobre o que a IES necessita fazer para que os cursos de licenciatura realizem o
133 que anteriormente era feito pelo magistério. Citou que há alunos da UFT que não sabem
134 dar aula, não sabem fazer um projeto e que a Comissão do PME, deve verificar como
135 minimizar esses impactos. Observou ainda a lacuna deixada pela extinção do magistério.
136 A prof^a Luzenir lembrou que o curso do magistério era muito bom para esse fim, mas
137 limitava a escolha de outros cursos superiores, visto que a parte comum ficava reduzida
138 em razão da didática. A prof^a Joana contrapôs que o magistério depois foi modificado,
139 inclusive o currículo acompanhou essa transformação, passou a ser de quatro anos. O

140 prof. Mário ressaltou que o magistério teve sua importância num contexto em que era rara
141 a licenciatura e que a realidade atual viabiliza outro nível de formação. Porém, há uma
142 insegurança do licenciado quanto à sua prática, pois a faculdade coloca numa mesma
143 sala de aula, oferece o mesmo currículo, e este mesmo público poderá atuar na creche,
144 na alfabetização ou na supervisão de ensino médio, ou seja, realidades completamente
145 distintas, entretanto, a mesma formação. Daí o motivo dessa insegurança, porque falta
146 formação inicial específica e sólida para a sua atuação. A prof^a Joana salientou que
147 atualmente forma-se pedagogo generalista, e usou a seguinte expressão: “eu sei quase
148 nada de tudo, traduzindo sei pouquíssimo”, do seu ponto de vista existe má interpretação
149 das normas em relação a oferta do curso de pedagogia. A prof^a Luzenir indagou se todos
150 aceitavam a pausa para o lanche, sendo acolhida. A prof^a Joana retornou à exposição do
151 quadro e apresentou a última meta, destacou que existe uma gama enorme de
152 possibilidades e de debate real. A prof^a Luzenir agradeceu a disponibilidade da prof^a
153 Joana, que retribuiu agradecendo a oportunidade de colaborar com a Comissão de
154 sistematização do PME. A Prof^a Rosilene propôs a inserção desta Comissão nas
155 discussões quando da revisão do PEE. A prof^a Joana acenou positivamente, informou os
156 procedimentos necessários para a formalização dessa proposta e as pessoas que
157 deverão ser contatadas. A prof^a Luzenir informou que o tema ensino fundamental, será na
158 próxima reunião, dia vinte e nove de maio, será ministrado pela prof^a Rosilene e ratificou a
159 necessidade de todos comparecerem no mesmo local e horário. Relembrou que a reunião
160 no dia cinco de junho, será período integral, sendo: a educação infantil pela manhã e a
161 educação inclusiva, pela tarde. Com a palavra a prof^a Rosilene propôs modificações no
162 art. 7º, da Lei do Fórum de Palmas, o acréscimo de alguns temas, a necessidade de se
163 criar outras comissões temáticas ou agregar às comissões já formadas, seguem os
164 incisos para alteração: VII - Comissão de Educação Superior; X - Comissão Profissional e
165 Tecnológica, Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação à Distância – EAD;
166 VIII - Comissão de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação; LI – Comissão
167 para diversidade (indígena, quilombola, afro, gênero, diversidade-orientação sexual,
168 relações étnico-racial, educação de crianças e adolescente em situação de risco); LII –
169 Comissão de Educação Ambiental. Foi solicitado registrar a seguinte observação:
170 consultar o professor Gilson Porto, estudioso em Educação de Jovens e Adultos, se a
171 educação Prisional está contida na EJA ou se é outra modalidade, visando definir se será
172 inserida numa comissão existente ou se criará outra comissão. Foi questionada a criação
173 da Comissão de educação de tempo integral. A prof^a Rosilene disse o que não estiver
174 expresso deverá estar implícito, como educação de tempo integral, avaliação, qualidade

175 da educação e conter como diretrizes do regimento interno. A profª Fátima lembrou que
176 na CONAE foi abordado o custo aluno qualidade, separadamente. A profª Luzenir ratificou
177 que no referido evento a discussão do grupo de financiamento ficou fragilizado pelo fato
178 deste ter trabalhado desassociado das demandas dos níveis, etapas e modalidades da
179 educação. Indagou à Comissão sobre as conferências municipais, proposta na minuta, de
180 deixar de ser anual e passar a ser bienal, sendo aceita. Continuando, agradeceu as
181 presenças, disse contar com todos nesse processo desafiador, e que é de cada um e de
182 todos o compromisso. Apresentou o vídeo “Todos Juntos”. A palavra foi franqueada ao
183 Senhor Adão, disse que todos ali eram importantes, mas ele se sentia como um corpo na
184 cadeira, referindo-se as contribuições dadas, porque é leigo nessa questão. Mas sua
185 expectativa é que esse projeto de fato se concretize. Questionou por que os professores
186 não querem ser professores. O que este plano irá contemplar para resolver essas
187 questões. Por isso a necessidade de todos se unirem para que se transforme num
188 objetivo comum. E destacou que independente de onde você esteja, saberá que deixou
189 algo muito importante e que fez a diferença em Palmas – TO. A profª Luzenir encerrou a
190 reunião. Sem mais a tratar, eu, Sabrina Kelly Vieira Machado, secretariei a reunião, lavrei
191 esta ata que após ser lida e aprovada será assinada pelos
192 presentes. _____

193 **MEMBROS DA COMISSÃO:**

194 Elis Raik Miranda de Carvalho _____

195 Fátima Aparecida Borges Alves _____

196 Ivo Hebkmeier _____

197 Luzenir Poli Coutinho da Silveira _____

198 Mário Joaquim Batista _____

199 Rosilene Lagares _____

200 Sabrina Kelly Vieira Machado _____

201 Francisco Ribeiro de Sousa _____

202 Adão Cirqueira Rodrigues _____

203 Cristiane de Quadros _____